

Linhas Invisíveis: uma análise das desigualdades no acesso à cultura em Portugal

Pedro Borrego, Ana Lúcia Romão, Flora Maravalhas, Bernardo Valente, Luís Baptista, Sandra Firmino & José Soares Neves

Centro de Administração e Políticas Públicas, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa

Sumário executivo

Em Portugal, a diversidade cultural varia significativamente entre territórios, refletindo fatores geográficos, demográficos, socioeconómicos e institucionais. Esta análise apresenta evidência empírica sobre as desigualdades no acesso à cultura em diferentes territórios, nomeadamente Terras de Trás-os-Montes, Alentejo Central, Algarve e Grande Lisboa, combinando métodos quantitativos e qualitativos, incluindo análise estatística, geoespacial e entrevistas a atores-chave. Os resultados evidenciam que o acesso à cultura está ancorado em dinâmicas mais amplas de desenvolvimento territorial, não podendo ser dissociado das condições socioeconómicas e institucionais locais. Contudo, estas condições não são determinantes por si só, destacando-se o papel mediador das estratégias institucionais, das redes de parceria e das práticas de governação cultural de proximidade. A análise mostra ainda que instrumentos de política pública, como as redes culturais nacionais, tendem a refletir a capacidade instalada dos territórios, podendo contribuir para a reprodução de assimetrias. De igual modo, a acessibilidade aos equipamentos culturais, nomeadamente os museus, depende não apenas da sua existência, mas da sua distribuição territorial, proximidade às populações e condições de mobilidade. As evidências qualitativas reforçam que o acesso à cultura não se esgota na disponibilidade de infraestruturas, envolvendo processos de mediação, envolvimento dos públicos e articulação institucional. Neste contexto, os museus assumem-se como infraestruturas territoriais multifuncionais, com potencial para promover coesão social e participação cultural, embora frequentemente condicionados por limitações de recursos e capacitação. Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados apontam para a necessidade de ir além de abordagens padronizadas e centradas na expansão de infraestruturas. A redução das desigualdades no acesso à cultura exige políticas territorialmente diferenciadas, que reforcem a capacitação institucional, as redes de cooperação e as condições de participação efetiva. Os resultados são particularmente pertinentes no contexto do Plano Nacional das Artes (2024) e da Agenda Estratégica PT 2030, que associam as políticas culturais à coesão territorial, à inclusão social e ao equilíbrio demográfico. Uma parte dos resultados foi consolidada numa [plataforma digital interativa](#), baseada em sistemas de informação geográfica e de acesso aberto, podendo constituir um instrumento de apoio à análise de informação e à tomada de decisão.

Recomendações

- Integrar a cultura em políticas públicas transversais
- Desenvolver uma política cultural explicitamente inclusiva
- Garantir autonomia com enquadramento estratégico
- Reforçar redes de cooperação e articulação multinível
- Investir na capacitação institucional e nos recursos humanos
- Reforçar estratégias de mediação e participação

Destinatário(s) do policy brief

Ministério da Cultura, Juventude e Desporto; DGARTES - Direção-Geral das Artes; GEPAC - Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliações Culturais; Museus e Monumentos de Portugal; entidades do poder regional (CCDRs) e do poder local (Municípios, CIMs, AML, AMP); Rede Portuguesa de Museus e outras Redes de Museus; Museus; empresas e associações do setor cultural e criativo.



Introdução e Enquadramento do Problema

O acesso à cultura é hoje reconhecido como um direito fundamental e um elemento central da inclusão social, da coesão territorial e do desenvolvimento sustentável. Para além do seu valor intrínseco, a participação cultural contribui para o bem-estar das comunidades, o reforço das identidades locais e a confiança nas instituições (Conselho da União Europeia, 2018). No entanto, o acesso às oportunidades culturais continua a ser desigual no território, refletindo diferenças socioeconómicas, demográficas e territoriais (Widdop & Cutts, 2012).

Em Portugal, estas desigualdades persistem apesar do investimento público e dos esforços de descentralização. Desde o final dos anos 1980, as políticas culturais têm promovido a expansão da oferta através de redes culturais nacionais, como bibliotecas, museus, arquivos, teatros e equipamentos de arte contemporânea (Neves et al., 2024). Ainda assim, a distribuição destas infraestruturas permanece desigual, contribuindo para diferentes níveis de acesso e participação cultural entre territórios (Gama & Costa, 2021; Garcia et al., 2018).

Importa sublinhar que o problema não se reduz à disponibilidade de equipamentos. Em muitos territórios, a cultura organiza-se através de redes locais, práticas comunitárias e iniciativas de proximidade. Nestes contextos, os museus assumem frequentemente funções alargadas, afirmando-se como espaços de cultura, educação, inclusão social e desenvolvimento local (Ballatore & Candlin, 2022; Hooper-Greenhill et al., 2009). Assim, o acesso à cultura depende não só da oferta disponível, mas também de fatores como mobilidade, capacidade institucional, recursos humanos e redes de parceria.

O projeto “Linhas Invisíveis” analisa estas desigualdades em Portugal, centrando-se no papel dos museus. A análise incide sobre diferentes territórios com características distintas:

- Nas Terras de Trás-os-Montes, a elevada percentagem de municípios com baixa densidade de atividade artística profissional reflete a reduzida presença de estruturas culturais formalizadas, limitando o acesso continuado da população residente às atividades culturais. Este contexto é

agravado por fatores estruturais como a baixa densidade populacional, o envelhecimento demográfico e a escassez de recursos técnicos e humanos no setor cultural, que condicionam o desenvolvimento cultural sustentável nas regiões do interior norte (Neves et al., 2024);

- No Alentejo, a baixa densidade populacional e a desertificação territorial constituem desafios estruturais ao acesso à cultura. Apesar da presença de equipamentos culturais, a capacidade institucional para os dinamizar é limitada, evidenciando carências de recursos humanos qualificados e de instrumentos de gestão cultural, o que se traduz num desfasamento entre a oferta potencial e a oferta efetiva. O envelhecimento da população e a saída de jovens dificultam a sustentação de públicos e a continuidade das iniciativas culturais locais (Neves et al., 2022);
- No Algarve, a sazonalidade das atividades económicas e a consequente precariedade laboral constituem traços estruturais da região (OCDE, 2025). As flutuações demográficas ao longo do ano, associadas ao turismo e à presença de populações com estadias temporárias, dificultam a criação de dinâmicas culturais consistentes e sustentadas, condicionando a estabilidade dos públicos e a continuidade das iniciativas culturais;
- Na Grande Lisboa, os desafios assumem uma natureza distinta. Apesar da elevada concentração de equipamentos culturais, persistem desigualdades internas associadas à urbanização acelerada e à heterogeneidade das condições socioeconómicas e infraestruturais. A diversidade da oferta cultural não se traduz necessariamente em acesso equitativo, sendo a acessibilidade condicionada, entre outros fatores, pelo custo de participação, superior à média nacional (Brandão, 2024; Dias & Lopes, 2014; Fonseca et al., 2011).

Estas diferenças mostram que os desafios no acesso à cultura variam significativamente entre territórios, não podendo ser abordados através de soluções uniformes.



A metodologia do projeto combina: (i) análise estatística de dados sociodemográficos e do setor cultural, ao nível dos municípios e das regiões; (ii) análise geoespacial da acessibilidade aos museus, através de modelação de áreas de serviço e de matrizes de custo origem-destino baseadas em distâncias de deslocação; e (iii) 22 entrevistas semiestruturadas com atores-chave do setor,

incluindo diretores de museus, representantes da cultura nos municípios e da Museus e Monumentos de Portugal. Esta abordagem mista permitiu mapear desigualdades, identificar os principais fatores territoriais e institucionais que as explicam, e compreender como estas dinâmicas se concretizam no terreno.

Análise / Principais Resultados

Perfil dos territórios

Os territórios em análise foram operacionalizados em quatro regiões NUTS 3, com perfis territoriais distintos, e implicações diretas no acesso à cultura:

- Terras de Trás-os-Montes
 - Baixa densidade populacional e forte envelhecimento;
 - Baixos níveis de qualificação e participação no mercado de trabalho;
 - Despesa municipal relevante em cultura, mas com pouca oferta efetiva (equipamentos, património, espetáculos ao vivo, exposições em galerias de arte);
 - Níveis reduzidos de apoio financeiro público a entidades com projetos culturais no território, e da presença de empresas culturais e atividade artística, comparativamente a outras regiões;
 - Oferta cultural dispersa e pouco estruturada em redes culturais nacionais.
- Alentejo Central
 - Baixa densidade populacional e envelhecimento ainda significativo;
 - Melhores níveis de qualificação e participação económica face a Terras de Trás-os-Montes;
 - Forte presença de património, museus e ensino artístico;
 - Níveis relevantes de financiamento público;
 - Oferta cultural e cobertura das redes nacionais ainda irregulares.
- Algarve
 - Maior dinamismo demográfico e económico;
 - Estrutura etária mais equilibrada;
 - Forte presença de empresas culturais e criativas;

- Elevada produção cultural e integração em redes nacionais;
- Desafios na distribuição territorial da oferta e na acessibilidade.

• Grande Lisboa

- Elevada concentração de população, atividade económica e infraestruturas culturais;
- Níveis mais altos de qualificação e participação cultural;
- Forte presença de financiamento público, instituições e redes culturais nacionais;
- Persistência de desigualdades internas no acesso.

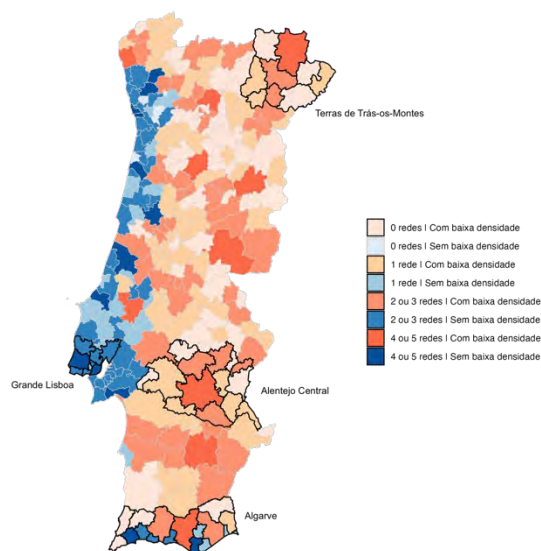
Fatores explicativos da integração nas redes culturais nacionais

Atualmente existem cinco redes nacionais (bibliotecas, museus, arquivos, teatros e cine-teatros, e equipamentos de arte contemporânea). A intensidade de integração ao longo do território de Portugal Continental (medida pelo número de redes em que cada município participa), é evidenciada na Figura 1 – nesta figura são distinguidos os municípios de baixa densidade (parcial ou total), daqueles que não são de baixa densidade (tendo como referência os critérios estabelecidos pela Deliberação n.º 31/2023/PL, que define as áreas de baixa densidade para efeitos de medidas de política pública de diferenciação positiva dos territórios).

A integração nas redes culturais depende da adesão voluntária dos equipamentos, mas é fortemente condicionada por fatores estruturais associados à capacidade instalada nos territórios. Estes mecanismos foram identificados com recurso a algoritmos de aprendizagem automática com árvores de decisão, e respetiva análise de robustez:

- O fator mais determinante é a base cultural e criativa local: municípios com menor presença de empresas culturais tendem a apresentar níveis muito baixos de integração (0 ou 1 rede);
- A baixa integração está associada à fragilidade económica e social: menores níveis de emprego e de qualificação reforçam a exclusão das redes;
- Maior integração exige massa crítica territorial: territórios com maior dinamismo económico, mais emprego e maior escolaridade tendem a integrar 2 ou mais redes;
- O ensino superior artístico é um fator diferenciador: a sua presença está fortemente associada aos níveis mais elevados de integração (4 ou 5 redes);
- O investimento e o património têm um papel complementar: contribuem para níveis intermédios de integração, mas não substituem a ausência de capacidade estrutural.

Figura 1 – Intensidade de redes culturais nacionais em municípios com e sem baixa densidade, em Portugal Continental.



A integração nas redes parece refletir um efeito cumulativo, em que territórios mais fortes tendem a reforçar a sua posição, enquanto territórios mais frágeis enfrentam maiores barreiras de entrada. Os resultados sugerem que as políticas públicas devem ir além da infraestrutura: reforçar o capital humano, o

tecido económico e a capacidade institucional é essencial para reduzir desigualdades.

Acessibilidade aos museus e cobertura territorial

Os resultados mostram que a distribuição da oferta cultural está associada às condições estruturais dos territórios. As Figuras 2 e 3 ilustram como essa distribuição se traduz em acesso efetivo aos museus, combinando cobertura populacional e proximidade territorial, e tomando os museus como infraestruturas-chave:

- A acessibilidade aos museus apresenta fortes assimetrias territoriais: Terras de Trás-os-Montes apresenta os níveis mais baixos (52% da população a 15 min; 81% a 30 min), refletindo uma rede dispersa;
- Alentejo Central e Algarve apresentam perfis intermédios, mas com ganhos significativos até aos 30 minutos: superam 90% de cobertura a 30 min, embora com diferenças na acessibilidade de curta distância;
- A Grande Lisboa concentra a maior acessibilidade: 94% da população a 15 min e quase cobertura total a 30 min (>99%), beneficiando da elevada densidade urbana;
- A acessibilidade de curta distância é o principal fator diferenciador: as maiores desigualdades observam-se até aos 15 minutos de deslocação;
- Proximidade intermédia e cobertura populacional estão fortemente associadas: municípios com menor distância média aos museus tendem a apresentar maior cobertura populacional, o que se traduz numa maior acessibilidade efetiva;
- Nos territórios do interior há maiores barreiras no acesso: estes territórios apresentam menor concentração de equipamentos, mesmo que a oferta seja relativamente próxima, ou então estão sujeitos a mais tempo de deslocação até aos museus disponíveis;
- A acessibilidade depende da distribuição territorial, não apenas da oferta: fatores como densidade, conectividade e organização do território condicionam o acesso.

Figura 2 – Representação das áreas de serviço situadas a 30 min de carro aos museus da Rede Portuguesa de Museus, aos museus tutelados pela Museus e Monumentos de Portugal, ou aos Museus Municipais nas quatro regiões NUTS 3 em análise.

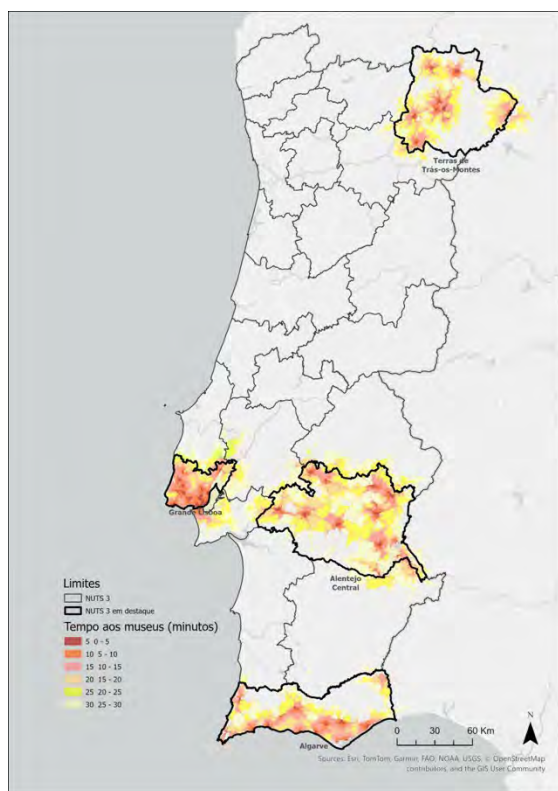
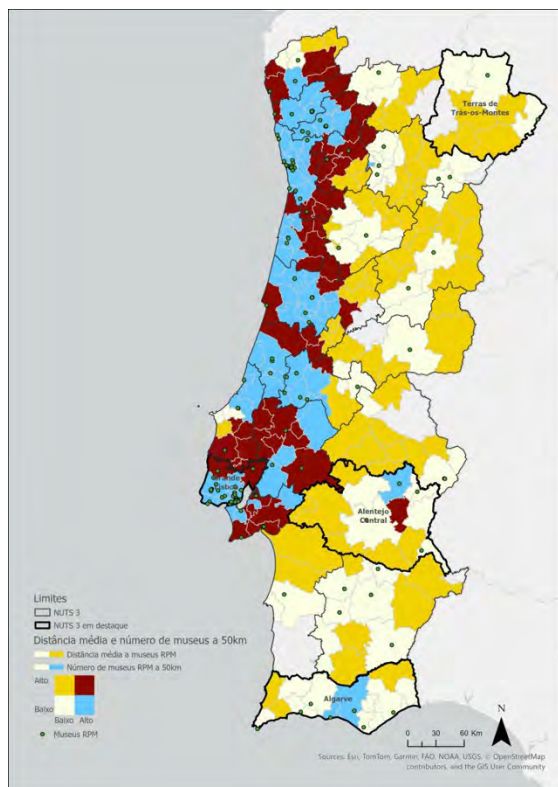


Figura 3 – Matriz de acessibilidade municipal aos museus: distância média e número de museus, em Portugal Continental.



Análise dos contributos de atores-chave do setor

A análise qualitativa das entrevistas realizadas nos diferentes territórios em estudo permitiu identificar um conjunto de características que influenciam, de forma diferenciada, as desigualdades no acesso à cultura.

Em Terras de Trás-os-Montes, os museus ultrapassam a sua função tradicional de espaços expositivos, assumindo-se como infraestruturas estratégicas para o desenvolvimento territorial. Neste contexto, os museus e outros equipamentos culturais desempenham um papel relevante enquanto motores de dinamização económica, social e cultural, assumindo também uma função central na salvaguarda de identidades territoriais específicas, particularmente associadas à língua, à memória coletiva e ao património imaterial.

Contudo, estes territórios enfrentam limitações estruturais significativas, nomeadamente ao nível da capacitação institucional, evidenciando-se a escassez de recursos humanos qualificados e uma preocupação transversal com a baixa participação nas atividades culturais. Entre os principais constrangimentos identificados destacam-se o envelhecimento da população, a insuficiência de transportes e as dificuldades na divulgação das iniciativas.

Perante este contexto, destaca-se a necessidade de reforçar o envolvimento e a participação das comunidades, uma vez que esta não ocorre de forma espontânea, exigindo estratégias de mediação ativa, proximidade e continuidade na relação com os públicos.

No Alentejo Central, os museus apresentam públicos diversificados, com forte presença de escolas e de populações seniores, a par de um crescimento da participação de famílias e de turistas de fim de semana. Neste contexto, os equipamentos têm procurado estruturar a sua ação em torno de públicos educativos e intergeracionais, com forte ancoragem local, desenvolvendo estratégias como a realização de *workshops* e outras atividades regulares, com vista à criação de hábitos de visita. Paralelamente, têm investido na valorização de experiências interativas, procurando captar novos públicos em busca de ofertas culturais mais completas e imersivas.



Contudo, este território apresenta fragilidades ao nível dos recursos humanos e da capacitação institucional, nomeadamente na formação em línguas, nas competências de comunicação e divulgação e nas capacidades digitais. Estas limitações condicionam a capacidade de resposta dos equipamentos, refletindo constrangimentos técnicos e de qualificação dos recursos humanos.

No Algarve, os museus destacam a relação com a comunidade e a valorização da diversidade cultural na sua ação. O turismo surge como uma dimensão estruturante da prática museológica, influenciando a programação, a comunicação e a relação com os públicos. Embora crie oportunidades de projeção, também coloca desafios na articulação entre públicos locais, comunidades migrantes, trabalhadores do setor turístico e visitantes externos. Os museus desenvolvem um trabalho continuado com as escolas e apostam no envolvimento da população, através da realização de atividades alinhadas com os interesses locais. Neste contexto, evidenciam-se práticas de proximidade, com museus que “saem das suas portas” para ir ao encontro das comunidades.

Este território é marcado por uma elevada diversidade cultural, o que se reflete numa atenção crescente à inclusão de minorias e de comunidades migrantes. Apesar de uma preocupação evidente com a participação em redes, a inovação, e o reforço da capacitação institucional, os museus revelam simultaneamente ambição e constrangimentos. Persistem fragilidades, nomeadamente ao nível da disponibilidade de recursos humanos qualificados e da necessidade de formação em áreas-chave.

Neste enquadramento, os museus afirmam-se como espaços de mediação cultural ativa, inclusiva e enraizada em comunidades diversas, observando-se uma dinâmica de inovação e cooperação, ainda que condicionada por limitações estruturais de recursos e capacidades.

Na Grande Lisboa, o acesso aos museus mais periféricos continua condicionado por barreiras territoriais e sociais estruturais, nomeadamente ao nível da mobilidade, da comunicação e das desigualdades socioeconómicas. Destacam-se

limitações no transporte para visitas de escolas e populações seniores, bem como dificuldades na comunicação com públicos diversificados. A acessibilidade é entendida de forma abrangente, incluindo o reconhecimento de desigualdades persistentes, com menor participação de grupos mais desfavorecidos e uma necessidade contínua de democratização do acesso. Por vezes, as perceções sociais tendem a desvalorizar a oferta cultural de municípios periféricos, mais heterogêneos e com maior vulnerabilidade social, frequentemente relegados para segundo plano e representados como territórios de reduzida relevância cultural.

Neste contexto, sobressai a função social e democrática dos museus, enfatizando-se o papel público da cultura e a sua relevância enquanto espaços de preservação da memória, produção de conhecimento e promoção do pensamento crítico. Os museus são assim entendidos como instrumentos de inclusão social, redução de desigualdades e reforço de valores democráticos e direitos humanos.

Os museus têm procurado adaptar-se a novos públicos e contextos, investindo em experiências, inovação digital e novas formas de comunicação. Esse cuidado estende-se também na melhoria da acessibilidade física e sensorial para cidadãos portadores de deficiência. Ainda assim, persistem desafios significativos, nomeadamente na criação de hábitos culturais desde a infância e no reforço do sentimento de pertença das comunidades locais.

Opções de Política e Recomendações

A análise revelou um setor cultural ativo, inovador e socialmente orientado, mas ainda limitado por desigualdades territoriais, fragilidades institucionais e dificuldades de envolvimento dos públicos. Em termos de política pública, recomenda-se um reforço do foco na criação de condições efetivas de participação, interesse e apropriação social da cultura, para além do acesso formal.

Numa perspetiva transversal aos territórios analisados, destacam-se as seguintes recomendações:

1. Integrar a cultura em políticas públicas transversais

Promover a articulação da cultura com a educação (formação de públicos desde cedo), o turismo (valorização territorial), o desenvolvimento económico e a coesão social e territorial.

2. Desenvolver uma política cultural explicitamente inclusiva

Integrar dimensões de acessibilidade (física, social, linguística e económica), diversidade cultural e participação. Importa assegurar não apenas o acesso, mas também fomentar o interesse e a relação com os públicos, respondendo à evidência de que o principal desafio reside no envolvimento, e não apenas no custo ou na acessibilidade física.

3. Garantir autonomia com enquadramento estratégico

Assegurar a autonomia na gestão e programação dos equipamentos, enquadrada por uma orientação estratégica clara e por incentivos à cooperação e à inovação, promovendo o equilíbrio entre flexibilidade local e objetivos de política pública.

4. Reforçar redes de cooperação e articulação multinível

Alargar a Rede Nacional de Museus e estimular o desenvolvimento de redes locais e regionais, bem como a cooperação intermunicipal e transfronteiriça. Promover soluções partilhadas, como serviços educativos, bilhética integrada e programação articulada, respondendo à fragmentação e à necessidade de escala.

5. Investir na capacitação institucional e nos recursos humanos

Dar prioridade à formação em competências-chave (línguas, digital, comunicação e conservação) e à criação de perfis profissionais multidisciplinares. Criar condições para atrair e fixar técnicos qualificados, em particular nos territórios mais isolados, garantindo estabilidade laboral, valorização profissional e condições de trabalho adequadas. Reforçar a digitalização e a inovação museológica, essenciais para consolidar práticas existentes.

6. Reforçar estratégias de mediação e participação

Apoiar a cocriação com as comunidades, a programação descentralizada e a realização de atividades fora de portas. Desenvolver estratégias de comunicação segmentadas e promover o envolvimento de públicos diversos, incluindo os menos participativos, de modo a transformar o acesso potencial em participação efetiva.

Mais especificamente, para cada um dos territórios estudados, sugerem-se ainda as seguintes recomendações:

Terras de Trás-os-Montes

1. Reforçar iniciativas de mediação cultural territorial e participativa

Recomenda-se reforçar programas itinerantes e práticas de cocriação comunitária, bem como investir em mediação cultural profissional, indo além da lógica centrada na programação. Estas medidas pretendem ajudar a dar resposta ao problema da baixa participação e das barreiras territoriais identificadas.

2. Investir na capacitação institucional e na participação em redes de cooperação

Face às limitações identificadas, recomenda-se o reforço da qualificação técnica em áreas-chave, como a digitalização, a comunicação e a gestão cultural, bem como a consolidação de parcerias com o ensino superior e outras instituições de proximidade. Recomenda-se ainda o aprofundamento da participação e o desenvolvimento de redes de cooperação

intermunicipais e transfronteiriças, promovendo uma maior articulação entre os setores da cultura e do turismo.

Alentejo Central

1. Consolidar estratégias de mediação orientadas para públicos educativos e intergeracionais

Recomenda-se o reforço de programas contínuos dirigidos a escolas e populações seniores, articulando atividades com experiências práticas (como oficinas ou *workshops*) e com eventos locais (como festivais culturais ou gastronómicos). Sugere-se ainda promover a colaboração com outras instituições, nomeadamente através da criação de residências artísticas.

2. Investir na qualificação dos recursos humanos e nas competências-chave

Face às lacunas identificadas, recomenda-se o reforço de formação em áreas como línguas, comunicação, mediação cultural e competências digitais, bem como criar condições que favoreçam a fixação de técnicos qualificados.

Algarve

1. Promover mecanismos de governação cultural participativa e inclusiva

Recomenda-se institucionalizar mecanismos de co-programação com a comunidade e desenvolver estratégias dirigidas a públicos diversos e migrantes. Acresce a necessidade de reforçar a integração da cultura nos percursos educativos, a articulação entre museus e associações locais e o

desenvolvimento de soluções em rede, promovendo a ligação ao turismo e à economia local.

2. Reforçar a capacitação institucional e estimular o trabalho em rede

Recomenda-se reforçar os recursos humanos qualificados e a formação em competências-chave, bem como apoiar iniciativas de digitalização e inovação, sem substituir a mediação presencial.

Grande Lisboa

1. Desenvolver políticas integradas de acesso cultural

Recomenda-se reforçar soluções de transporte cultural, especialmente para escolas e populações seniores, bem como promover a articulação de percursos e programas entre equipamentos. Recomenda-se igualmente reforçar estratégias de comunicação segmentada para públicos diversos e investir em mediação ativa junto de populações com menores níveis de participação.

2. Reforçar o papel dos museus como espaços de inclusão e cidadania

Para promover a democratização do acesso à cultura, recomenda-se apoiar uma programação inclusiva e participativa, bem como a criação de experiências imersivas e acessíveis. Recomenda-se ainda investir em formação técnica especializada, na capacitação digital e na comunicação, bem como promover a articulação com redes nacionais e internacionais.

Conclusão

A análise evidencia que as desigualdades no acesso à cultura em Portugal estão associadas às condições estruturais dos territórios. Fatores como a densidade populacional, o envelhecimento, os níveis de qualificação, o dinamismo económico e a capacidade institucional influenciam a distribuição da oferta cultural e as oportunidades de participação.

As redes culturais nacionais, apesar do seu papel central como instrumento de política pública, não operam de forma dissociada

destas condições. A sua presença e intensidade tendem a refletir a capacidade instalada dos territórios, podendo contribuir, em alguns casos, para acentuar assimetrias existentes. De igual modo, a acessibilidade aos museus depende não apenas do número de equipamentos, mas também da sua distribuição territorial, da proximidade às populações e das condições de mobilidade e conectividade.

A análise das entrevistas reforça que o acesso à cultura não depende apenas da existência de infraestruturas. Trata-se de um processo que envolve a capacidade de mediação, o envolvimento ativo dos públicos e a articulação entre instituições. Neste contexto, os museus afirmam-se como infraestruturas territoriais multifuncionais, com um papel relevante na coesão social, no desenvolvimento local e na promoção da participação cultural, ainda que frequentemente condicionados por limitações de recursos e capacitação institucional.

Os resultados mostram também que o desempenho cultural não é explicado apenas por fatores estruturais. Em alguns territórios, estratégias institucionais, redes de cooperação

e práticas de proximidade permitem mitigar constrangimentos e gerar dinâmicas positivas de participação.

Em termos de política pública, estes resultados apontam para a necessidade de ir além de abordagens centradas sobretudo na expansão de infraestruturas. A redução das desigualdades no acesso à cultura exige políticas territorialmente diferenciadas, que reforcem a capacitação institucional, o capital humano, as redes de cooperação e as condições de participação efetiva. Mais do que garantir acesso potencial, o desafio reside em criar condições para que esse acesso se traduza em envolvimento e apropriação social da cultura.

Referências

- Ballatore, A., & Candlin, F. (2022). A geography of UK museums. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 48(1), 213–229. <https://doi.org/10.1111/tran.12578>
- Brandão, A. (2024). A cidade e sociedade: Reflexões e episódios da mudança urbana em 50 anos da democracia em Portugal. *Estudo Prévio*, (5), 223–236. <https://doi.org/10.26619/2182-4339/25.10>
- Conselho da União Europeia. (2018). *Council conclusions on the Work Plan for Culture 2019–2022*. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=oj:JOC_2018_460_R_0010.
- Dias, S. & Lopes, J. (2014). Quando os “públicos do Porto” vão a Lisboa: Anatomia de uma performance. *Análise Social*, 49(213), 884–905. <http://www.jstor.org/stable/43234395>
- Estevens, A., Cocola-Gant, A., Calvo, D. M., & Matos, F. (2019). As artes e a cultura nas práticas hegemónicas e alternativas na cidade de Lisboa. O caso do Largo do Intendente. *Forum Sociológico*, 35, 9–17. <https://doi.org/10.4000/sociologico.7826>
- Fonseca, M. L., Amaro, M. R., Esteves, S. P., & Esteves, A. (2011). *Imigração, Diversidade e Política Cultural em Lisboa*. Universidade de Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (MIGRARE).
- Garcia, J. L., Lopes, J. T., Martinho, T. D., Neves, J. S., Gomes, R. T., & Borges, V. (2018). Mapping cultural policy in Portugal: From incentives to crisis. *International Journal of Cultural Policy*, 24(5), 577–593. <https://doi.org/10.1080/10286632.2016.1248950>
- Gama, M. & Costa, P. (2021). *Políticas culturais municipais: análise de documentos estruturantes em torno da cultura*. CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Braga.
- Hooper-Greenhill, E., Phillips, M., & Woodham, A. (2009). Museums, schools and geographies of cultural value. *Cultural Trends*, 18(2), 149–183. <https://doi.org/10.1080/09548960902826432>
- Neves, J. S., Prista, P., Macedo, S. C., & Santos, J. (2022). *Cultura no Alentejo pós-2020*. Estudo elaborado pelo OPAC para a Direção Regional de Cultura do Alentejo.
- Neves, J. S. (coord.), Macedo, S. C., Santos, J., & Lima, M. J. (2024). *Atlas artístico e cultural de Portugal*. Direção-Geral das Artes. <http://hdl.handle.net/10071/32383>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE]. (2025). Strengthening the evidence base for a sustainable tourism future in Portugal. In *OECD Tourism Papers*. <https://doi.org/10.1787/e362c609-en>
- Rego, R., & Borges, V. (2021). The transformative role of Angels' cultural organisations under austerity. *Cultural Trends*, 30(2), 156–173. <https://doi.org/10.1080/09548963.2021.1873702>
- Widdop, P., & Cutts, D. (2012). Impact of place on museum participation. *Cultural Trends*, 21(1), 47–66. <https://doi.org/10.1080/09548963.2012.641775>



COMO CITAR ESTE DOCUMENTO

Borrego, P., Romão, A.L., Maravalhas, F., Valente, B., Baptista, L., Firmino, S. & Neves J.S. (2026). *Linhas Invisíveis: uma análise das desigualdades no acesso à cultura em Portugal*. S4P-25 Policy Brief 8026/2025. PLANAPP – Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas.

CONTACTO

science4policy@planapp.gov.pt

COPYRIGHT

© PLANAPP, 2026



[Ciência para as políticas públicas](#)



[PLANAPP](#)



[Newsletter](#)



[PLANAPP](#)



[@planapp](#)



[PLANAPP podcasts](#)



CAPP
Centro de Administração
e Políticas Públicas



Este *policy brief* foi desenvolvido no âmbito do Science4Policy 2025 (S4P-25): Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas, uma iniciativa do Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP), em colaboração com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal. Linha temática S4P-25/01: Desigualdades no acesso à cultura em Portugal.

O conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não vincula nem compromete o PLANAPP nem a FCT.